



SOBRE O LIBERALISMO

On liberalism

Cass R. Sunstein*

Tradução de Máira Almeida  e Letícia Wienskoski 

Resumo: Os liberais entendem os seres humanos como sujeitos, e não como objetos. Por isso, rejeitam o despotismo em todas as suas formas. Como afirmou o juiz Robert Jackson, a “unificação compulsória das opiniões produz apenas a unanimidade do cemitério”. Não faz sentido, portanto, falar em autoritarismo liberal: trata-se de um oxímoro. Da mesma forma, a chamada democracia iliberal é, simplesmente, iliberal — e é por isso que os liberais a rejeitam. Os liberais também se mostram perplexos diante de autores, tanto conservadores quanto progressistas, que se definem como “antiliberais” ou “pós-liberais”. Em relação a algumas dessas críticas, concordam com Amos Tversky e Daniel Kahneman: refutar uma caricatura não passa de produzir outra caricatura. Já quando essas críticas não são meramente caricaturais, os liberais reafirmam a importância da liberdade de pensamento e de ação, da democracia deliberativa e do respeito ao pluralismo razoável.

Palavras-chave: liberalismo; liberdade; pluralismo; liberdade de expressão; liberdade religiosa.

Abstract: Liberals see human beings as subjects, not objects. They reject despotism in its many forms. With Justice Robert Jackson, liberals believe that “compulsory unification of opinion achieves only the unanimity of the graveyard.” Liberal authoritarianism is an oxymoron. Illiberal democracy is illiberal, and liberals oppose it for that reason. Liberals are puzzled by many of those, on the left and the right, who describe themselves as “antiliberal” or “postliberal.” With respect to some claims of “antiliberals” or “postliberals,” liberals agree with Amos Tversky and Daniel Kahneman: “The refutation of a caricature can be no more than a caricature of refutation.” With respect to those claims of “antiliberals” or “postliberals” that do not amount to a caricature, liberals insist on the importance of freedom of thought and action and deliberative democracy, and on the need to respect reasonable pluralism.

Keywords: liberalism; freedom; pluralism; freedom of speech; freedom of religion.

* Cass R. Sunstein é atualmente Professor Universitário Robert Walmsley em Harvard. Este ensaio foi inspirado, em parte, por *Why I Am Not a Conservative*, de Friedrich Hayek, presente em *The Collective Works of F.A. Hayek: The Constitution of Liberty* 519 (Ronald Hamowy, ed., vol. 17, 2020 [2011]). Hayek era liberal, mas, como será explicado adiante, muitos liberais não seguem a tradição hayekiana. Uma versão mais curta deste ensaio foi originalmente publicada no *New York Times* em 20 de novembro de 2023.

** Este texto consiste em tradução do artigo originalmente publicado em língua inglesa: SUNSTEIN, Cass R. **On Liberalism**. SSRN Electronic Journal, 30 nov. 2023 (rev. 16 jan. 2025). Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4644402. A tradução para o português e a publicação foram autorizadas por e-mail pelo autor, detentor dos direitos autorais. Tradução de Máira Almeida e Letícia Wienskoski. Máira Almeida é Professora da graduação e do PPGD da Universidade Estácio de Sá, onde também é pesquisadora e contemplada com bolsa de pesquisa produtividade. Doutora e Mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD/UFRJ). Visiting researcher pela Harvard Law School com o apoio da Comissão Fulbright. E-mail: almeida.maira.l@gmail.com. Letícia Wienskoski é advogada. Doutoranda e mestra em Direito da Regulação pela FGV Direito Rio. Foi visiting researcher na Universidade de Lisboa. E-mail: leticiaawkk@gmail.com.

Submissão em: 18/02/2026 | Aprovação em: 20/07/2026

Editora: Cristina Tereza Gaulia 



Mais do que em qualquer outro momento desde a Segunda Guerra Mundial, o liberalismo encontra-se sob cerco. Em vertentes progressistas, há quem sustente que o liberalismo estaria esgotado e em declínio, incapaz de enfrentar problemas como as desigualdades estruturais, o poder corporativo e a degradação ambiental. Em vertentes conservadoras, por sua vez, há quem atribua ao liberalismo a erosão de valores tradicionais, o aumento da criminalidade, o desrespeito à autoridade e a difusão de uma suposta imoralidade generalizada. Nesse contexto, muitos passam a se autodefinir como “antiliberais” ou “pós-liberais”.

Os fascistas rejeitam o liberalismo. O mesmo ocorre com populistas que consideram a liberdade um valor superestimado. Em dimensões maiores e menores, o antiliberalismo avança, assim como a tirania. Antiliberais e pós-liberais podem ou não aderir à tirania.

Muitos desses críticos descrevem o liberalismo de forma equivocada, recorrendo a caricaturas: apresentam-no de um modo que nenhum liberal poderia endossar. Talvez mais do que nunca, impõe-se a necessidade urgente de uma compreensão clara do liberalismo — de seus compromissos fundamentais, de sua amplitude, de seus debates internos, de seu caráter evolutivo, de sua promessa, do que ele é e do que pode vir a ser.

Aqui está uma tentativa de definição:

1. Liberais acreditam em seis princípios: liberdade, direitos humanos, pluralismo, segurança, Estado de Direito e democracia. Na verdade, acreditam na democracia deliberativa — uma abordagem que combina o compromisso de uma justificação racional no uso do espaço público com responsabilidade institucional (Fearon, 1998, p. 53–55).
2. Autoritarismo liberal é um oxímoro. Como os liberais defendem a liberdade, a segurança pessoal e o pluralismo, eles rejeitam o autoritarismo em todas as suas formas. A chamada democracia iliberal é, precisamente por isso, iliberal, e é por essa razão que os liberais a ela se opõem.
3. Compreendido dessa forma, o liberalismo consiste em um conjunto de compromissos teóricos e filosóficos, com implicações concretas para a política e o Direito. Na América do Norte, na Europa e em outras regiões, pessoas que se identificam como “conservadoras” podem ou não compartilhar de compromissos liberais. O mesmo vale para aqueles que se consideram progressistas: podem ou não ser liberais. É possível ser, ao mesmo tempo, liberal, conforme aqui definido, e conservador; ou ser progressista e não liberal. Existem conservadores iliberais e esquerdistas iliberais. Na política, James Madison, Alexander Hamilton, Franklin Delano Roosevelt, Winston Churchill, John F. Kennedy, Lyndon Johnson, Ronald Reagan, Margaret Thatcher e Angela Merkel fazem parte da tradição liberal mesmo que haja intensas divergências ideológicas entre eles.
4. Abraham Lincoln era liberal. Eis o que ele disse em 1854:

Se o negro é um homem, não seria, nesse sentido, uma destruição total do autogoverno dizer que ele também não pode governar a si mesmo? Quando o homem branco governa a si

mesmo, isso é autogoverno; mas quando ele governa a si mesmo e a outro homem, isso é mais do que autogoverno — isso é despotismo... Nenhum homem é suficientemente bom para governar outro homem sem o seu consentimento. Digo que este é o princípio fundamental — a âncora do republicanismo americano.

A ideia de uma “âncora de salvação” (*sheet anchor*) constitui um modo útil de articular o autogoverno, na capacidade individual das pessoas, com a autogovernança enquanto ideal político. Uma âncora de salvação não é uma âncora comum: trata-se da mais confiável disponível, aquela menos propensa a falhar sob estresse extremo, o equivalente a um porto seguro em meio à tempestade. Os liberais se identificam especialmente com essa ideia: “Nenhum homem é bom o suficiente para governar outro sem o consentimento deste”. Eles podem endossar essa proposição geral e, ainda assim, divergir amplamente quanto à atitude adequada diante de tradições consolidadas ou quanto às respostas apropriadas a temas como tabagismo, aborto, imigração, consumo de álcool, inteligência artificial, mudança climática e direito constitucional.

5. Podemos conectar a âncora de salvação de Lincoln aos ideais centrais do liberalismo: liberdade, direitos humanos, pluralismo, segurança, Estado de Direito e democracia.

6. Liberais veem as pessoas como sujeitos, não como objetos, e valorizam profundamente a ideia de arbítrio. Por essa razão, consideram a grande obra de Mill, *The Subjection of Women*, como definidora da essência do liberalismo (Mill, 2001). Entendem que o argumento de Mill é compatível com as observações de Lincoln sobre a escravidão. Insistem, ainda, na existência de um vínculo entre seu compromisso com a liberdade e uma concepção específica de igualdade, que pode ser compreendida como uma espécie de princípio anticastas: sempre que alguns indivíduos são submetidos à vontade de outros, há violação dos ideais liberais (Sunstein, 1994, p. 2410–2455)¹. Muitos liberais têm recorrido a esse princípio anticastas para enfrentar formas arraigadas de desigualdade baseadas em raça, sexo e deficiência. Os liberais estão comprometidos com a dignidade individual.

7. Liberais se opõem à censura. Defendem eleições livres e justas e, portanto, o direito ao voto. Trabalham pela proteção da liberdade de consciência, do direito à privacidade, da oportunidade econômica e do direito à diferença. Concordam com Oliver Wendell Holmes Jr., que abraçou “o princípio da liberdade de pensamento — não a liberdade de pensamento para aqueles que concordam conosco, mas para o pensamento que odiamos” (Mill; Holmes, 1930, p. 712–750).

8. Liberais têm a clareza de que o liberalismo está sob cerco em todo o mundo. Veem Hitler, Stalin e Mao como representantes emblemáticos do antiliberalismo. Consideram Karl Marx e o teórico político alemão (e membro do partido nazista) Carl Schmitt como pensadores antiliberais. Enxergam Vladimir Putin e Viktor Orbán como antiliberais contemporâneos. Sabem que líderes

¹ Aqueles que não têm capacidade são casos especiais; considere crianças pequenas.

antiliberais proeminentes, de diferentes tipos, são facilmente encontrados nos Estados Unidos e na Europa. Reconhecem que Donald Trump não é um liberal.

9. Os liberais entendem a liberdade de expressão como um meio essencial de tornar efetivo o autogoverno. Compreendem-na como abrangendo não apenas a expressão política, mas também a literatura, a música e as artes em geral, incluindo o cinema, ponto ao qual atribuem especial importância. Os liberais admiram John Milton e James Joyce. Também valorizam as palavras do juiz Robert Jackson no caso *West Virginia State Board of Education v. Barnette*, 319 U.S. 624, 641 (1943): “A unificação compulsória das opiniões apenas alcança a unanimidade do cemitério.” Cumpre notar que os liberais que sustentam essa proposição não afirmam que as pessoas devam declarar fidelidade a princípios liberais, inclusive a esse. Apreciam igualmente outra advertência do juiz Jackson: “Aqueles que iniciam a eliminação coercitiva da dissidência acabam por exterminar os dissidentes” (*West Virginia v. Barnette*, p. 641).

10. A liberdade religiosa é um fundamento essencial do liberalismo (Chapman; McConnell, 2023, p. 95). Liberais acreditam que os indivíduos devem ter o direito de praticar sua fé da maneira que escolherem, ou o de não a praticar. Muitos liberais possuem convicções religiosas profundas. Estão plenamente conscientes de que, em diversas partes do mundo, há indivíduos religiosos que rejeitam a ideia de separação entre Igreja e Estado e que defendem que o governo deve adotar e até impor determinados compromissos religiosos.

11. Liberais acreditam que qualquer interferência na liberdade de crença religiosa deve ser presumida como inaceitável, embora, evidentemente, ninguém tenha permissão para cometer atos de violência (como homicídio, estupro ou agressão). Liberais podem discordar, e de fato discordam, sobre questões envolvendo liberdade religiosa, incluindo o alcance da cláusula de estabelecimento. Nos Estados Unidos, o juiz da Suprema Corte Neil Gorsuch é liberal; assim como a juíza Elena Kagan.

12. Se pós-liberais ou antiliberais insistirem em uma ortodoxia religiosa oficial, liberais responderão: Quem vocês pensam que são?

13. A ideia do Estado de Direito ocupa posição central no liberalismo. Por refletir a crença de que nenhuma pessoa está autorizada a governar outra sem o seu consentimento, ela se vincula estreitamente à âncora de salvação de Lincoln. Essa ideia envolve o compromisso com sete princípios: (1) regras claras, gerais e publicamente acessíveis, estabelecidas previamente; (2) normas de caráter prospectivo, que permitam às pessoas planejar suas condutas, em vez de retroativas, que frustrem expectativas legítimas; (3) conformidade entre o direito tal como formulado e o direito tal como aplicado na prática; (4) garantia do direito de defesa e de audiência (“devido processo legal”); (5) algum grau de separação entre aqueles que elaboram o direito e aqueles que o interpretam; (6)

ausência de mudanças excessivamente rápidas no ordenamento jurídico; e (7) inexistência de contradições ou de inconsistências manifestas no direito (Fuller, 2010, p. 46–91).

14. O Estado de Direito não se confunde com o compromisso com a liberdade de expressão, liberdade religiosa ou proteção contra buscas e apreensões arbitrárias. Trata-se de um ideal distinto, e os liberais o abraçam como tal.

15. Liberais valorizam os livres mercados, por entenderem que estes oferecem um meio importante para o exercício do livre-arbítrio (além disso, nunca esquecem que esses mercados promovem crescimento econômico). Liberais abominam monopólios, públicos ou privados, por entenderem que estes tendem a comprometer a liberdade. Do ponto de vista dos consumidores, os livres mercados lhes permitem adquirir aquilo que desejam (deixando-se de lado, aqui, a questão da renda, já que pessoas pobres, evidentemente, não podem comprar tudo o que querem). Do ponto de vista dos trabalhadores, os mercados oferecem a possibilidade de escolha entre as alternativas disponíveis. Nesse sentido, os liberais se comprometem com a ideia de “carreiras abertas aos talentos”. Nesse sentido, no que tange aos empregadores: podem contratar quem desejarem (devidamente qualificados, como a proibição de discriminação por raça ou sexo). Ao mesmo tempo, liberais reconhecem que o mercado pode falhar, por exemplo, quando trabalhadores ou consumidores não têm acesso à informação, ou quando o consumo de energia gera danos ambientais².

16. Liberais acreditam solidamente no direito à propriedade privada. Consideram esse direito extremamente importante, tanto por razões de autonomia quanto de bem-estar. Ao mesmo tempo, nada no liberalismo veda a adoção de um imposto de renda progressivo, nem é incompatível com políticas de redistribuição em larga escala dos mais ricos para os mais pobres. No entanto, os liberais podem divergir quanto ao imposto de renda progressivo ou quanto à conveniência e ao momento adequados para essa redistribuição (Blum; Kalven, 1952, p. 417–520). Alguns liberais admiram a *Great Society* de Lyndon Johnson, enquanto outros não.

17. Muitos liberais se sentem familiarizados com o princípio do dano de John Stuart Mill: “O único propósito pelo qual o poder pode ser legitimamente exercido sobre contra a vontade de qualquer membro de uma comunidade civilizada é para prevenir dano aos demais” (Mill, 2015, p. 56, 62–63). Liberais valorizam o que Mill chamou de “experimentos de vida” e estão atentos aos efeitos potencialmente nocivos tanto da coerção quanto da conformidade (2015, p. 56, 62–63). Sabem que indivíduos diferentes buscam, de forma razoável, caminhos diferentes, e acreditam que há muitas

² Os liberais tendem a apoiar a proibição de discriminação no emprego por diversos motivos, embora alguns autores vinculados à tradição liberal não defendam tais restrições.

formas de viver bem (liberais defendem que as pessoas devem ter acesso tanto ao casamento quanto ao divórcio)³.

18. Ao mesmo tempo, alguns liberais rejeitam fortemente o princípio do dano, e mesmo quando tendem a apreciá-lo, não o tratam como dogma ou uma verdade rígida e imutável (Conly, 2013). É plenamente compatível com a tradição liberal enfatizar que os indivíduos podem carecer de informações relevantes ou cometer erros graves (Conly, 2013). Muitos liberais apoiam leis que exigem o uso de cintos de segurança; muitos outros não. Vários são entusiastas do Estado administrativo contemporâneo; vários outros não (Hamburger, 2014).

19. Muitos liberais são entusiastas dos “*nudges*”, intervenções que preservam a liberdade, como avisos, lembretes e divulgação de informações. Outros se preocupam com o risco de que eles se transformem em uma grande influência ou que não respeitem suficientemente a autonomia dos seus indivíduos-alvo.

20. Muitos liberais são kantianos. Insistem que os indivíduos devam ser tratados como fins, não como meios (Sunstein, 2023, p. 213–217): são liberais, porque são kantianos. Muitos são utilitaristas e buscam maximizar o bem-estar social: são liberais, porque são utilitaristas. Vários liberais, conhecidos como “contratualistas”, consideram útil enfatizar a ideia de um “contrato social” entre pessoas livres e iguais: são liberais, porque são contratualistas (Parfit, 2011)⁴. Muitas pessoas entendem que sua tradição religiosa impõe o liberalismo ou é compatível com ele. Por isso, longe de perceberem um conflito entre liberalismo e fé, elas consideram que sua fé conduz diretamente ao liberalismo ou se harmoniza bem com ele.

21. Liberais sabem se posicionar em uma disputa⁵.

22. Liberais gostam de rir. Opõem-se aos que são contra o riso.

23. Embora gostem do liberalismo, liberais não apreciam o tribalismo. Tendem a considerá-lo um obstáculo tanto ao respeito mútuo quanto a interações produtivas. Sentem-se desconfortáveis com debates que se iniciam a partir de fórmulas como “eu sou X e você é Y” e que se desenvolvem a partir dessa oposição. Céticos em relação às chamadas “políticas identitárias”, os liberais entendem que cada pessoa possui múltiplas identidades e que, em geral, é preferível concentrar o debate no mérito das questões, e não em uma ou outra identidade específica. Para os liberais, a ênfase constante ou excessiva em um único aspecto da “identidade” tende a separar e a cristalizar as pessoas, além de comprometer discussões produtivas, seja em temas como criminalidade, pobreza, educação, mudança climática ou a própria democracia.

³ Os liberais divergem quanto ao significado dessa expressão. Por exemplo, costumam apoiar a proibição de casamentos incestuosos, mas podem ou não se opor a restrições ao casamento entre primos.

⁴ Veja o argumento de Parfit de que o deontologismo, o utilitarismo e o contratualismo convergem em certos aspectos.

⁵ Compare com Robert Frost: “Um liberal é alguém tão mente aberta que não consegue tomar o próprio partido numa discussão.”

24. Liberais estão conscientes de que, levada ao extremo, a política identitária pode gerar horrores.
25. Liberais esperam que pessoas com diferentes origens e visões possam abraçar o liberalismo, ou ao menos certas formas de liberalismo. Muitos apoiam com entusiasmo a ideia de “consenso sobreposto” de John Rawls, na qual diferentes grupos aceitam os princípios gerais que o autor chama de “liberalismo político”. Esse conceito busca acomodar grupos com visões distintas sobre questões fundamentais, e pode ser facilmente adotado por indivíduos de esquerda, direita ou centristas (Rawls, 2005, p. 3–22). Muitos liberais também defendem a ideia de “acordos incompletamente teorizados”, segundo a qual pessoas que têm dúvidas ou discordam sobre fundamentos podem, ainda assim, concordar sobre práticas ou princípios específicos — como a proteção ao direito de dissidência (Sunstein, 1995, p. 1733–1772).
26. Por não gostarem de tribalismo, muitos liberais não se sentem particularmente confortáveis de escrever, porque são liberais ou porque se opõem a iliberais, pós-liberais e antiliberais. Isso pode até lhes causar desconforto. Não gostam de pensar no liberalismo como uma espécie de tribo. Ainda assim, opõem-se aos iliberais, pós-liberais e antiliberais. Lamentam que alguns desses grupos pareçam não compreender o que o liberalismo realmente é, ou o caracterizem de forma que o torna irreconhecível (Holmes, 1993). Também lamentam que alguns iliberais, pós-liberais e antiliberais saibam o que é o liberalismo, mas que se recusem a respeitar a liberdade, a democracia e o pluralismo razoável.
27. Liberais acreditam que alguns supostos antiliberais são charlatões ou vendedores de ilusões. Pensam que alguns fabricaram um inimigo e o chamaram de “liberalismo”, sem se engajar de forma séria com a tradição liberal, em toda a sua diversidade, ou com pensadores liberais reais. Acreditam que alguns antiliberais confundem erroneamente o liberalismo com algo ruim ou terrível que aconteceu recentemente, ou com entusiasmo por ganância, busca desenfreada por interesse próprio e rejeição de normas de autocontenção. Longe de serem generosos com aqueles que consideram seus opositores, descrevem o liberalismo de um modo que nenhum liberal poderia endossar, ou sequer reconhecer.
28. Liberais suspeitam que alguns antiliberais, sejam eles conservadores ou progressistas, apreciam fazer parte de um movimento de larga escala, e gostam de se enxergar como vanguardistas ou revolucionários, sem oferecer clareza ou detalhes sobre o que esse movimento defende ou combate, ou o que ele alcançaria caso fosse bem-sucedido. Pensam que alguns antiliberais e pós-liberais estão expressando um estado de espírito.
29. Liberais concordam que alguns daqueles, sejam eles conservadores ou progressistas, que se identificam como pós-liberais ou antiliberais, apresentam reivindicações e preocupações legítimas

sobre questões de grande importância, como criminalidade, corrupção, imoralidade, falta de oportunidades educacionais e pobreza, e que apontam para problemas reais e graves nas sociedades existentes. No entanto, não acreditam que as referidas reivindicações e preocupações devam ser consideradas objeções ao liberalismo.

30. O liberalismo é uma grande tenda (Nussbaum, 2011, p. 3–45). John Locke pensava de forma diferente de Adam Smith e Rawls discordava profundamente de Mill⁶. Immanuel Kant, Benjamin Constant, Adam Smith, Jeremy Bentham, Mary Wollstonecraft, John Dewey, Friedrich Hayek, Isaiah Berlin, Jürgen Habermas, Joseph Raz, Edna Ullmann-Margalit, Amartya Sen, Jeremy Waldron, Milton Friedman, Ronald Dworkin, Robert Nozick, Susan Okin, Charles Larmore, Christine Korsgaard, B. Douglas Bernheim, Martha Nussbaum e Jeremy Waldron são liberais, mas divergem em questões fundamentais. Alguns liberais, como Hayek e Friedman, enfatizam os problemas do planejamento centralizado; outros, como Rawls e Raz, não se concentram nessa questão. Liberais discutem intensamente entre si.

31. Muitos dos principais praticantes do liberalismo — de James Madison e Alexander Hamilton a Abraham Lincoln, Franklin Delano Roosevelt, Martin Luther King Jr., Margaret Thatcher e Ronald Reagan — não se comprometeram com fundamentos filosóficos específicos (como o kantismo ou o utilitarismo). Isso pode ser visto, mesmo que alguns deles tenham sido, proeminentemente, pensadores políticos.

32. É possível ser liberal e concordar com Hayek, e, portanto, insistir nos males do socialismo e na importância dos livres mercados (Hayek, 1943). É possível ser liberal e concordar com Rawls, e, portanto, estar aberto ao (espectro do que às vezes se chama) socialismo e minimizar a centralidade de livre mercado⁷. Um liberal pode considerar Ronald Reagan um grande presidente e Franklin Delano Roosevelt uma abominação; ou pode considerar Roosevelt um grande presidente e Reagan uma abominação. Liberais têm visões divergentes sobre “liberdade negativa” (entendida como ausência de coerção) e “liberdade positiva” (entendida como inclusão de direitos a certos bens, como alimentação e moradia), e sobre se há ou não uma diferença significativa entre essas concepções.

33. A maioria dos liberais reconhece esses pontos e não aprecia quando alguém afirma que alguma forma de liberalismo é liberal e que as demais não o são. Eles apreciam quando hayekianos ou milianos, profundamente devotados à sua forma de liberalismo, concordam que muitos liberais não são hayekianos e têm sérias reservas quanto a Mill. Os liberais valorizam a amplitude de seu espectro, mesmo que discordem profundamente entre si. Têm consciência de que é importante, e até mesmo crucial, escolher a forma correta de liberalismo.

⁶ Rawls era um liberal político (no sentido filosófico); Mill, assim como Raz, era um liberal perfeccionista.

⁷ O socialismo pode ser definido de várias maneiras, e algumas concepções de socialismo são iliberais.

34. Muitos conservadores políticos são liberais. Em razão de sua crítica ao racionalismo, Michael Oakeshott provavelmente não deve ser caracterizado como liberal (embora liberais tendam a respeitá-lo e a considerá-lo intrigante), mas Milton Friedman e Thomas Sowell são; sob esse aspecto, Edmund Burke não é de fácil classificação (e os liberais divergem quanto a reivindicá-lo como um dos seus). Muitos esquerdistas são liberais, mas marxistas não o são. Já os esquerdistas que rejeitam a liberdade de expressão e não respeitam a liberdade religiosa ou o Estado de Direito são considerados, nessa medida, iliberais. Veja as palavras iliberais de Morton Horwitz:

Não vejo como um homem progressista pode descrever o Estado de Direito como “um bem humano incondicional”! Sem dúvida, ele restringe o poder, mas também impede o exercício benevolente dele. Cria igualdade formal — uma virtude nada desprezível —, mas promove desigualdade substantiva ao criar uma consciência que separa radicalmente o Direito da política, os meios dos fins, os processos dos resultados. Ao promover a justiça processual, permite que os astutos, os calculistas e os ricos manipulem suas formas em benefício próprio. E ratifica e legitima uma concepção adversarial, competitiva e atomística das relações humanas. (Horwitz, 1977, p. 566).

Os liberais não concordam com nada disso.

35. Os liberais não consideram o liberalismo como uma “coisa” em si. Não acreditam que seja possível viajar no tempo, encontrar Mill, Hayek ou Rawls e afirmar que ali está o verdadeiro liberalismo. Conscientes das divergências internas, insistem que os debates sobre o correto entendimento do liberalismo são de natureza interpretativa, no sentido proposto por Ronald Dworkin (Dworkin, 1986). Aqueles que defendem sua própria concepção precisam “ajustar-se” ao liberalismo; não podem rejeitar a ideia de liberdade, desprezar a âncora de salvação de Lincoln ou negar o Estado de Direito. Contudo, ao sustentar sua visão, buscam também “justificar” o liberalismo, procurando apresentá-lo sob a melhor luz possível, tornando-o digno do maior apoio. Um liberal *rawlsiano* deve reconhecer que um liberal *hayekiano* também é liberal (e acolhê-lo como tal), mesmo que entenda que sua corrente filosófica seja superior.

36. As divergências internas entre liberais por vezes se desenvolvem em torno do eixo do “ajuste” (*fit*); mais frequentemente, porém, concentram-se no eixo da “justificação”. Em alguns casos, debates que aparentam tratar de questões de ajuste dizem respeito, na realidade, a problemas de justificação.

37. É possível que uma sociedade seja liberal em certos aspectos, mas iliberal em outros. Antes da Guerra Civil, os Estados Unidos apresentavam diversas características liberais, mas permitiam a escravidão (e mantiveram um sistema de castas raciais por muito tempo após a abolição). O Reino Unido, embora historicamente comprometido com princípios liberais, até tempos relativamente recentes praticava, promovia ou tolerava ampla discriminação de gênero. Pessoas que se consideram pós-liberais ou antiliberais podem, em pontos relevantes, partilhar valores liberais, ao menos na medida em que concordam com os liberais em questões fundamentais. Diversas nações

contemporâneas também apresentam traços liberais importantes, ao mesmo tempo em que mantêm características iliberais em outros campos.

38. Os liberais podem concordar com o progressismo ou não; assim como podem concordar com a “direita”⁸ ou não. Também podem ou não aderir ao “libertarianismo”, corrente que valoriza a liberdade contratual e se opõe ao Estado regulador moderno. Todos os libertários são liberais, mas a maioria dos liberais não é libertária; estes não consideram a liberdade de contratar como um princípio absoluto e aceitam, sem objeções, legislações sobre salário-mínimo, jornada máxima de trabalho e proibições à discriminação nas relações de emprego.

39. Os liberais consideram que membros progressistas são iliberais quando (por exemplo) não se comprometem com a liberdade de expressão e a diversidade de pontos de vista. Rejeitam a ideia de ortodoxia, inclusive no ambiente universitário.

40. Os liberais defendem, e reconhecem como necessária, uma sociedade civil robusta, que inclua uma ampla variedade de associações privadas. Acreditam na importância de normas sociais, como civilidade, consideração, caridade e autocontenção. Não desejam censurar antiliberais ou pós-liberais, ainda que alguns destes não adotem a mesma postura. Nesse aspecto, optam por “dar a outra face”. Observam, ainda, que doutrinistas podem ser mais liberais do que esquerdistas. Contudo, essa avaliação depende do indivíduo e de quando a análise está sendo feita.

41. Os liberais mantêm amizades com antiliberais e pós-liberais.

42. Muitos se mostram profundamente perplexos diante de alguns defensores do “pós-liberalismo”, pois não têm clareza sobre o que exatamente os pós-liberais pretendem superar. Concordam com Amos Tversky e Daniel Kahneman: “A refutação de uma caricatura acaba sendo, ela própria, uma caricatura da refutação” (Kahneman; Tversky, 1996, p. 584).

43. Os liberais percebem que alguns “pós-liberais”, especialmente conservadores, identificam o liberalismo com algo que praticamente todos os liberais rejeitam — uma adesão à busca desenfreada pelo prazer e ao hedonismo sexual, bem como a recusa do autocontrole e das normas de civilidade e consideração.

44. Os liberais não consideram que as diversas falhas de países frequentemente definidos como liberais, como, por exemplo, Estados Unidos, Canadá, Alemanha e França, sejam reflexos de deficiências do próprio liberalismo (Sunstein, 2020, p. 175-187). Tampouco entendem que tais falhas, em sua maioria, devam ser caracterizadas como um “fracasso em cumprir os ideais liberais” (ainda que algumas o sejam). Tratar-se-iam, em geral, de falhas de outra natureza, relacionadas principalmente a políticas e práticas concretas. Não são falhas da teoria, nem de pensadores políticos como Mill ou Rawls.

⁸ Utilizo aspas porque esses termos me parecem pouco descritivos do que as pessoas realmente pensam. Ainda assim, faço uso deles — e, em seguida, retiro as aspas — porque, apesar disso, considero-os úteis.

45. Se a objeção for que os livres mercados possuem limites significativos e que uma ampla regulação pode ser justificada com base em critérios de eficiência, redistribuição ou equidade, os liberais tendem a responder: é bem possível que sim.

46. Se a afirmação for de que o “neoliberalismo” é uma má ideia, os liberais tendem a responder: Não temos certeza do que seja neoliberalismo, pois o termo é utilizado, em geral, por quem o rejeita. Mas, se for entendido como sinônimo de desregulamentação e de uma defesa incondicional das supostas virtudes dos livres mercados, então os liberais não precisam, e muitos de fato não irão, aderir ao neoliberalismo.

47. Se a objeção se dirige a determinadas reivindicações em favor da liberdade sexual, os liberais costumam perguntar: o que exatamente se tem em mente? Os liberais defendem a liberdade de escolha, mas não admitem agressão sexual, violência doméstica ou abuso infantil. É muito provável que se oponham a restrições criminais ao comportamento entre pessoas do mesmo sexo, mas dificilmente defenderiam que alguém seja obrigado a agir ou se expressar de modo contrário às suas convicções religiosas. Atualmente, os liberais tendem a aceitar o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a solicitar que aqueles que se opõem a tal união expliquem suas razões, sem recorrer a argumentos retóricos sobre a “essência” do casamento.

48. Os liberais ficam especialmente perplexos diante de certas afirmações sobre aquilo que eles próprios defendem ou rejeitam. Muitos adotam o liberalismo político (entendido como uma corrente filosófica), que não assume juízo sobre (muitas) concepções do que é o certo ou o bom, e que garante amplo espaço para pessoas com valores divergentes, inclusive para aqueles que rejeitam a versão do liberalismo de Mill, centrada na autonomia individual (Rawls, 1993). Para os liberais, é legítimo que as pessoas pensem, ajam e professem sua fé de diferentes maneiras. Judeus, cristãos, muçulmanos, hindus, budistas, ateus e agnósticos, todos são bem-vindos. Os liberais têm plena consciência de que, entre determinados grupos progressistas, também existem posturas iliberais.

49. Se pós-liberais ou antiliberais afirmam que o liberalismo consiste em uma ortodoxia oficial, os liberais respondem: não procede.

50. É certo, naturalmente, que, se houver quem deseje que o Estado atue de maneira iliberal — por exemplo, censurando manifestações, violando direitos religiosos, expropriando propriedade privada sem justa indenização, impondo determinado tipo de oração nas escolas ou endossando um conjunto específico de convicções religiosas —, os liberais se posicionarão em oposição.

51. Algumas pessoas (sobretudo em setores progressistas) acreditam que, por defenderem a propriedade privada, os liberais não são a favor da redistribuição de renda ou não seriam capazes de impedir que a desigualdade econômica se converta em desigualdade política. Diferentes correntes liberais apresentam respostas distintas a essas questões. Há quem sustente, simultaneamente, a

importância da propriedade privada e a necessidade de ampla redistribuição de renda, preferencialmente por meio de imposto. Nada no liberalismo é incompatível com a redistribuição em favor dos que necessitam de apoio; de fato, muitos liberais consideram que as melhores formas de liberalismo exigem essa ação. Por acreditarem na autogovernança, os liberais são fortemente comprometidos com a igualdade política e buscam garanti-la, cientes dos desafios que isso implica.

52. Os liberais valorizam a gentileza, a humildade e a consideração (Ullmann-Margalit, 2017, p. 226-257). Apreciam a frase frequentemente atribuída a Lincoln: “Não gosto daquele homem. Preciso conhecê-lo melhor.” Reconhecem, contudo, que a prática da gentileza, da humildade e da consideração pode ser desafiadora.

53. Os liberais veem alguns antiliberais e pós-liberais como Arthur Fleck, personagem brilhantemente interpretado por Joaquin Phoenix no filme *Coringa* de 2019. Marcados por experiências de brutalidade, feridos de maneira profunda ou, por outros motivos, tomados por uma espécie de fúria, vivem sob o lema: “queime tudo”. Podem ser vistos como figuras irrelevantes, patéticas ou mesmo caricatas; mas, em certas circunstâncias, podem se tornar extremamente perigosos.

54. Algumas pessoas (sobretudo em setores conservadores) acreditam que os liberais se opõem às tradições ou as tratam com descaso, e que, por esse motivo, o liberalismo deveria ser rejeitado (Hazony, 2022). Em sua visão, os liberais seriam desrespeitosos em relação às tradições e desejariam destruí-las. Os liberais, porém, se mostram perplexos diante dessa alegação. Basta considerar alguns ideais, normas e conceitos herdados que (muitos) liberais têm defendido, frequentemente com êxito, mesmo diante de ataques persistentes ao longo de décadas: autogoverno republicano; freios e contrapesos; liberdade de expressão; liberdade religiosa; proteção contra buscas e apreensões arbitrárias; devido processo legal; igualdade perante a lei; Estado de Direito; propriedade privada.

55. Os defensores do liberalismo são plenamente capazes de sustentar ideais e normas políticas herdadas, e frequentemente o fazem. Naturalmente, não consideram suficiente o simples fato de um ideal existir há muito tempo. Como afirmou Oliver Wendell Holmes, Jr.: “É revoltante não haver melhor razão para uma regra jurídica do que o fato de ela ter sido estabelecida no tempo de Henrique IV. É ainda mais desconcertante se os fundamentos que a justificaram já desapareceram há muito, e a regra persiste apenas por imitação cega do passado” (Holmes, 1897). Ainda assim, os liberais reconhecem que, se determinado ideal perdura ao longo do tempo, pode haver razões relevantes em seu favor. Tanto Hayek quanto Burke apresentaram reflexões consistentes nesse sentido, e o liberalismo não se opõe a tais perspectivas (Hayek, 1984, p. 306-318). Muitos liberais as acolhem.

56. Alguns antiliberais (novamente, sobretudo em setores conservadores) argumentam que as sociedades precisam não apenas de liberdade, mas também de limites. Enfatizam o valor da comunidade e a necessidade de normas de autocontenção. A maioria dos liberais concorda com esses

pontos. Não defendem uma sociedade atomizada, tampouco a desintegração da família, das comunidades locais ou dos laços sociais. Os liberais não consideram desejável que as pessoas se limitem à busca de riqueza, prazer e poder. Acreditam no interesse público e no bem comum. Normas como a consideração, por exemplo, são essenciais e contribuem para a convivência (Ullmann-Margalit, 2017, p. 226-257). Os liberais são conhecidos por defenderem proibições contra causar dano a terceiros, mas reconhecem que as normas sociais vão muito além disso (Mill, 2015, p. 17). Muitos exemplos citados por críticos do liberalismo podem ser facilmente compreendidos à luz da teoria liberal sobre restrições impostas por normas e pelo direito (Ullmann-Margalit, 2017). Os liberais valorizam as instituições; são institucionalistas, ainda que estejam abertos a reformas em diversas delas.

57. Os liberais insistem na distinção entre liberdade e licenciosidade, bem como entre liberdade e comportamentos autodestrutivos (Goodin, 1989). Alguns defendem com vigor determinadas restrições à liberdade, fundamentando-se tanto na autonomia quanto no bem-estar — como, por exemplo, as limitações ao tabagismo ou a proibição do uso de drogas perigosas (Goodin, 1989). Contudo, acreditam que toda restrição à liberdade deve ser devidamente justificada, e que justificativas vagas ou excessivamente abstratas, como apelos à vontade do soberano ou ao interesse público, sem maior fundamentação, não são suficientes.

58. Os liberais defendem a necessidade de fundamentação racional no espaço público (Mashaw, 2018). Consideram que a exigência de tal fundamentação atua como um freio ao autoritarismo, já que regimes autoritários se sentem livres para exercer o poder e recorrer à força sem apresentar razões para suas escolhas.

59. O compromisso liberal com a fundamentação racional está diretamente relacionado à defesa da democracia deliberativa. O exercício do poder público não pode se basear unicamente em afirmações como “o rei disse”, “o presidente disse” ou “Deus disse” — e nem mesmo em “o povo disse”.

60. Os liberais não consideram que sua abordagem esteja congelada no tempo. Enfatizam que o liberalismo é algo que está sendo criado, não em descobrimento. São otimistas em relação ao futuro e não temem a mudança. Em sua perspectiva, o liberalismo não se assemelha a uma rocha; está sempre crescendo, como uma árvore.

61. O que John Dewey disse sobre os Estados Unidos também se aplica ao liberalismo: “Sejam quais forem os males, o experimento ainda não terminou. Os Estados Unidos ainda estão em formação; não constituem um dado acabado passível de avaliação categórica” (Dewey, 2021, p. 53).

62. William F. Buckley, Jr. afirmou, de forma célebre, que sua forma preferida de conservadorismo “se coloca diante da história, gritando: pare” (Buckley, 1955). Os liberais, por sua

vez, pedem que a História explique seus rumos e, se a explicação for convincente, estão dispostos a sussurrar: “Siga em frente.”

REFERÊNCIAS

BLUM, Walter J.; KALVEN, Harry. The uneasy case for progressive taxation. **The University of Chicago Law Review**, Chicago, v. 19, n. 3, p. 417-520, 1952.

BUCKLEY, William F. Our mission statement. **National Review**, New York, v. 19, 1955.

CHAPMAN, Nathan S.; McCONNELL, Michael W. **Agreeing to disagree**: how the establishment clause protects religious diversity and freedom of conscience. New York: Oxford University Press, 2023.

CONLY, Sarah. **Against autonomy**: justifying coercive paternalism. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

DEWEY, John. Pragmatic America. *In*: WEBER, Eric Thomas. **America's public philosopher**: essays on social justice, economics, education, and the future of democracy. New York: Columbia University Press, 2021.

DWORKIN, Ronald. **Law's empire**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.

FEARON, James D. Deliberation as discussion. *In*: ELSTER, Jon. **Deliberative democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 44-68.

FULLER, Lon L. **The morality of law**. 2. ed. New Haven: Yale University Press, 1969.

GOODIN, Robert. **No smoking**: the ethical issues. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

HAMBURGER, Philip. **Is administrative law unlawful?**. Chicago: University of Chicago Press, 2014.

HAYEK, Friedrich. The origins and effects of our morals: a problem for science. *In*: NISHIYAMA, Chiaki; LEUBE, Kurt. **The essence of Hayek**. Stanford: Hoover Institution Press, 1984.

HAZONY, Yoram. **Conservatism**: a rediscovery. Washington, DC: Regnery Gateway, 2022.

HOLMES Jr., Oliver Wendell. Times change. **Lapham's Quarterly**, New York, 1897.

HOLMES, Stephen. **The anatomy of antiliberalism**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

HORWITZ, Morton J. The rule of law: an unqualified human good?. **Yale Law Journal**, New Haven, v. 86, n. 3, p. 561-566, 1977.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. On the reality of cognitive illusions. **Psychological Review**, Washington, DC, v. 103, n. 3, p. 582-591, 1996.

- MASHAW, Jerry. **Reasoned administration and democratic legitimacy**: how administrative law supports democratic government. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- MILL, John Stuart. **On liberty, utilitarianism and other essays**. Editado por Mark Philip e Frederick Rosen. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- MILL, John Stuart. **The subjection of women**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2001.
- MILL, John Stuart; HOLMES, Oliver Wendell. Freedom of thought. *In: Readings in contemporary problems in the United States*. New York: Columbia University Press, 1930. p. 712-750.
- NUSSBAUM, Martha. Perfectionist liberalism and political liberalism. **Philosophy and Public Affairs**, Hoboken, v. 39, n. 1, p. 3-45, 2011.
- PARFIT, Derek. **On what matters**. Editado por Samuel Scheffler. Oxford: Oxford University Press, 2011. v. 1.
- PARFIT, Derek. **On what matters**. Editado por Samuel Scheffler. Oxford: Oxford University Press, 2011. v. 2.
- RAWLS, John. **Political liberalism**: expanded edition. New York: Columbia University Press, 2005.
- SUNSTEIN, Cass R. The anticaste principle. **Michigan Law Review**, Ann Arbor, v. 92, n. 8, p. 2410-2455, 1994.
- SUNSTEIN, Cass R. Incompletely theorized agreements. **Harvard Law Review**, Cambridge, MA, v. 108, n. 7, p. 1733-1772, 1995.
- SUNSTEIN, Cass R. Has liberalism ruined everything?. **Contemporary Political Theory**, London, v. 19, p. 175-187, 2020.
- SUNSTEIN, Cass R. "Come on, man!" On errors, choice, and Hayekian behavioral economics. **Behavioural Public Policy**, Cambridge, v. 7, n. 1, p. 212-218, 2023.
- ULLMANN-MARGALIT, Edna. **The emergence of norms**. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- ULLMANN-MARGALIT, Edna. Considerateness. *In: MARGALIT, Avishai; SUNSTEIN, Cass R. Normal rationality: decisions and social order*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 226-257.